

# **A relação entre Rosa Luxemburgo e a União Geral Operária Judaica da Lituânia, Polônia e Rússia (1897-1903)**

*The relationship between Rosa Luxemburg and the General Jewish Workers' Union of Lithuania, Poland and Russia (1897-1903)*

**Antonio V. B. Mota Filho\***

## **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre a Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia (SDKPiL) e a União Geral Operária Judaica da Lituânia, Polônia e Rússia (*Bund*), sobretudo da principal dirigente da social-democracia polonesa, Rosa Luxemburgo, com o partido judeu, entre o período de 1897 a 1903. O artigo está dividido em quatro partes: na primeira seção, descrevemos a questão judaica no Reino da Polônia, porção da Polônia inserida no Império Russo pelo Congresso de Viena, também conhecido como “Polônia do Congresso”, e o surgimento do Bund em 1897; em seguida, analisamos o diálogo implícito entre Luxemburgo e seu partido com o Bund, a partir do surgimento do Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR); por fim, apresentamos as tensões entre o SDKPiL e o Bund no Segundo Congresso do POS DR; e a conclusão, em que se analisa a competição existente entre essas organizações.

**Palavras-chave:** socialismo; questão polonesa; questão judaica; Segunda Internacional

## **Abstract**

The aim of this article is to analyse the relationship between the Social Democracy of the Kingdom of Poland and Lithuania (SDKPiL) and the General Jewish Workers' Union of Lithuania, Poland and Russia (Bund), especially the main leader of Polish social democracy, Rosa Luxemburg, and the Jewish party between 1897 and 1903. The article is divided into four parts: in the first section, we describe the Jewish question in the Kingdom of Poland, the portion of Poland inserted into the Russian Empire by the Congress of Vienna, also known as “Congress Poland”, and the emergence of the Bund in 1897; then we analyse the implicit dialogue between Luxemburg and her party with the Bund, starting with the emergence of the Russian Social Democratic Workers' Party (RSDLP); and finally, we present the tensions between the SDKPiL and the Bund at the Second Congress of the RSDLP; and the conclusion, which analyses the competition between these organisations.

**Keywords:** Socialism; Polish question; Jewish question; Second International

---

\* Pós-doutorando do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e doutor em Desenvolvimento Econômico (Unicamp). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1631-3629>. E-mail: [vogaciano@gmail.com](mailto:vogaciano@gmail.com). O autor agradece à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processos 2017/10986-1 e 2018/15650-4) pela bolsa de doutorado que lhe foi outorgada, permitindo a consecução de pesquisa sobre a questão das nacionalidades na obra de Rosa Luxemburgo. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste artigo são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

## 1. Introdução

A questão das nacionalidades acompanhou toda a atuação política de Rosa Luxemburgo. Ainda que percebida majoritariamente como uma militante da social-democracia alemã, Luxemburgo nasceu na Polônia do Congresso, onde iniciou sua militância política. Em 1893, participou do Congresso da Internacional Socialista, ocorrido em Zurique, em que apresentou um relatório sobre a situação política da Polônia. Suas conclusões eram opostas às aquelas defendidas para Marx e Engels: enquanto ambos defendiam que a Polônia deveria ser recriada como um Estado independente, condição para a defesa das revoluções socialistas que ocorriam na Europa Ocidental da ameaça do reacionarismo russo, Luxemburgo apontava que a necessidade da independência polonesa havia sido superada pelo desenvolvimento do capitalismo no Império Russo. A industrialização da Polônia dependia do mercado consumidor russo. Dessa forma, surgiu um espaço econômico comum no Império, cuja interrupção bloquearia o desenvolvimento do capitalismo e do proletariado. Para Luxemburgo, mais importante do que a independência seria a luta comum do proletariado polonês com o proletariado russo. A luta de classes, e não a nacionalidade, era, portanto, um dos parâmetros mais importantes da sua análise.

Luxemburgo apresenta uma abordagem teórica e política da questão das nacionalidades que lhe permite: (i) desenvolver uma interpretação do formato do modo de produção capitalista ao final do século XIX e começo do século XX; (ii) realizar uma dura crítica ao nacionalismo e ao revisionismo; e (iii) defender a superação do capitalismo pela revolução socialista internacional. A forma como a questão das nacionalidades avança em sua obra é um microcosmo da evolução de seu pensamento político. Ousando desafiar as formulações de Marx e Engels e extraíndo conclusões opostas às dos “pais do marxismo”, o marxismo herético de Rosa Luxemburgo tem suas bases na questão das nacionalidades.

A formulação inicial da revolucionária polonesa sobre o tema era marcada por certo economicismo, o qual foi matizado em obras futuras. Entretanto, só é possível compreender as nuances que aparecem no tratamento de Luxemburgo da questão das nacionalidades se considerarmos os debates em que a autora e seus interlocutores políticos estavam inseridos. A análise a seguir se concentra na relação subterrânea entre Rosa Luxemburgo e um dos partidos socialistas judeus atuantes no Império Russo, a União Geral Operária Judaica da Lituânia, Polônia e Rússia ou, como ficou conhecido no movimento socialista, o *Bund*.

Ainda que seja possível fazer várias inferências sobre Rosa Luxemburgo e o Bund, por vezes elas estão implícitas em documentos pouco conhecidos e em correspondências. Uma forma de remediar as poucas referências da autora sobre o Bund é trilhar o caminho de investigação inverso e analisar as referências do Bund a Rosa Luxemburgo e a Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia (SDKPiL).<sup>1</sup> Além disso, documentos de interlocutores próximos a ela são fontes que possibilitam captar a percepção dos social-democratas poloneses em relação ao Bund.

---

<sup>1</sup> Inicialmente, o partido de Rosa Luxemburgo se chamava apenas Social-Democracia do Reino da Polônia (SDKP). A partir de 1899, com a fusão com a social-democracia lituana, o partido passou a se chamar Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia (SDKPiL).

Privilegiando uma abordagem histórica, apresentaremos a relação de Luxemburgo com o Bund em quatro partes: na primeira seção, descreveremos a questão judaica na Polônia do Congresso e o surgimento do Bund em 1897; em seguida, analisaremos o diálogo implícito entre Luxemburgo e seu partido com o Bund, a partir do surgimento do Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR); e, por fim, as tensões entre o SDKPiL e o Bund no Segundo Congresso do POS DR; e a conclusão, em que se analisam a competição existente entre essas organizações.

## 2. A situação dos judeus na Polônia do Congresso e o surgimento do Bund

Vítimas de diversas restrições legais - particularmente, de direitos de residência e de atividade profissional -, os judeus e a questão judaica marcaram a paisagem política da Europa Oriental. (Woodhouse; Tobias, 1966, p. 334) Como veremos, há um cruzamento entre a questão judaica e a das nacionalidades, especialmente a polonesa, que se dá por diferentes motivos. Primeiramente, há o problema histórico da intensificação da segregação dos judeus com a criação do Assentamento do Pale,<sup>2</sup> que acontece junto às seguidas divisões da Polônia. Em segundo lugar, há uma questão territorial, pois parte do assentamento estava em território da Polônia russa. (Mitchell, 2019, p. 13)

A situação dos judeus no Império Russo piorou sensivelmente após o assassinato do czar Alexandre II, em 13 de março de 1881, planejado e executado por militantes do grupo *Narodnaya Volya*. O homicídio gerou uma onda de boatos sobre a retomada da servidão, abolida oficialmente em 1861, e sobre o possível envolvimento de judeus no crime. (Aronson, 1992, p. 44) É nesse contexto que, em 1881, se iniciou uma onda de *pogroms*, liderada, sobretudo, por camponeses contra judeus. (Ury, 2012, p. 36)

Ainda que os *pogroms* de 1881 não tenham contado com a atuação direta das forças policiais do Império, valeram-se de sua omissão. Algumas investigações foram realizadas para punir os envolvidos e é sabido que a “a polícia não interveio para deter alguns dos *pogroms* mais devastadores, especialmente durante a segunda onda de *pogroms*, quando as explosões de violência antijudaica tomaram uma forma de terror em massa”. (Grosfeld; Sakalli; Zhuravskaya, 2020, p. 334) Em 1882, a postura antisemita do governo russo ficou explícita com a edição das chamadas Leis de Maio, que ampliavam ainda mais as restrições impostas aos judeus habitantes do Império.<sup>3</sup>

A resposta política dos judeus passou por diferentes táticas. Uma delas foi a imigração: muitos deles se instalaram em cidades do Império Russo onde era possível

<sup>2</sup> O Assentamento do Pale foi criado na primeira partição da Polônia, em 1772, com o objetivo de delimitar o território do Império no qual os judeus poderiam se instalar.

<sup>3</sup> As Leis de Maio impactaram, particularmente, a possibilidade de os judeus acessarem o sistema de educação. De acordo com Woodhouse e Tobias (1966, p. 335; tradução nossa): “A entrada de estudantes judeus em instituições educacionais russas nos níveis secundário e superior foi limitada por um critério de ‘*numerus clausus*’. Os judeus também sofreram restrições mais severas em seus direitos de moradia. De fato, eles foram gradualmente proibidos de viver em áreas rurais, mesmo dentro do Pale. O resultado foi que um elemento vital da comunidade judaica, a juventude disposta e capaz de aprender, teve a saída para suas energias e esperanças bloqueada, enquanto a aglomeração nas cidades resultou em dificuldades econômicas para a maioria dos judeus”.

escapar às restrições legais, como Varsóvia ou Łódź. (Zimmerman, 2004, p. 31) Outra tática foi a criação de organizações políticas. A primeira delas, o *Hovevei Zion*, foi criada em 1881 e marcaria o avanço do sionismo. (Frankel, 1981, p. 128) Outro exemplo foi o chamado Grupo de Vilna, criado no início da década de 1890, que congregava intelectuais judeus e atuava por meio de círculos educacionais, buscando forjar um núcleo consciente de trabalhadores judeus. Uma característica particular desse grupo, que terá papel central nas formulações políticas do seu sucessor, o Bund, era a abordagem da questão territorial, pois se propunha a representar os trabalhadores judeus de todo o Império. (Zimmerman, 2004, p. 39)

Em seu estudo sobre o Bund, Joshua Zimmerman (2004) apresenta uma interessante sociologia dos primeiros militantes do grupo de Vilna. Tratava-se de pessoas nascidas entre 1865 e 1873, oriundas de famílias *Maskilim*.<sup>4</sup> Isso significa que todos haviam realizado seus estudos em instituições públicas de ensino e não em escolas judaicas, assim como acompanharam a violência dos *pogroms* (1881-1882) e a crise que eles representaram para o “assimilacionismo” predominante no movimento *Haskalá*. O Grupo de Vilna teve três períodos com perspectivas políticas diferentes: no primeiro, de 1891 a 1893, predominou uma linha “assimilacionista” da cultura ocidental sobre os aspectos judaicos; no segundo, de 1893 a 1895, aprofundou-se a ação de agitação junto aos judeus e surgiram os primeiros elementos de um “programa nacional” para eles; e no terceiro, de 1895 a 1897, houve uma expansão para Varsóvia, que culminou na criação do Bund. (Zimmerman, 2004, p. 43)

O primeiro período do Grupo de Vilna foi marcado por um internacionalismo radical, evidente na utilização do russo como idioma preferencial de comunicação em vez do iídiche e na perspectiva de que o judaísmo estaria fadado a desaparecer à medida que o capitalismo e seus aspectos culturais se desenvolvessem. (Zimmerman, 2004, p. 45) Em diferentes depoimentos colhidos de militantes da primeira geração do Bund, fica claro que no grupo predominava a ideia de formação de quadros políticos vinculados ao ambiente político russo, por isso, a escolha do russo como idioma oficial. De acordo com Zimmerman (2004, p. 46), as demonstrações políticas do 1 de maio de 1892 comprovaram o caráter internacionalista do grupo. Na ocasião, quatro trabalhadores judeus pronunciaram discursos alinhados ao assimilacionismo predominante naquele momento.

Assumindo uma visão dogmática do marxismo, tudo que não se consolidasse entre o “proletariado” e a “burguesia” teria um caráter temporário e desapareceria com o desenvolvimento do capitalismo. A visão assimilacionista, marcadamente vinculada aos primeiros dirigentes do movimento, logo foi revista e 1893 se tornou um ano decisivo na adoção do novo programa do movimento.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Nome dados aos judeus que se vinculavam ao movimento *Haskalá*, equivalente do “Iluminismo” no judaísmo.

<sup>5</sup> “Em 1893, ele publicou uma brochura chamada ‘Quatro discursos de trabalhadores judeus’, que havia sido proferida em russo e iídiche em um comício do Primeiro de Maio em Vilna. A brochura foi publicada em Genebra com uma introdução de Boris Kritchevsky. É quase certo que tenha sido editado por Rosa Luxemburgo. Tanto Leo Jogiches quanto Luxemburgo, cujas ideias são praticamente impossíveis de separar nessa época, consideravam claramente os discursos como uma expressão importante da solidariedade da classe trabalhadora judaica com os ideais do movimento socialista internacional. Portanto, vale a pena examinar em

Segundo Zimmerman (2004), dois documentos sinalizam o afastamento dos judeus de Vilna do espírito assimilacionista e internacionalista inicial do movimento: “Sobre agitação” (1896), de Arkadi Kremer, e “Carta a agitadores” (1893), de Shmuel Gozhanski. (Harding, 1983, p. 192) No primeiro documento, Kremer argumenta que o movimento operário judeu já não podia se manter reduzido a uma pequena parcela da população, devendo, portanto, buscar influenciar as massas da classe trabalhadora judaica. O autor indicou importantes alterações políticas para o Grupo de Vilna: efetivar uma nova forma de comunicação com as massas, adotando o iídiche yiddish como língua oficial; e mudar o caráter do movimento, que deveria deixar de ser um instrumento estritamente de formação política, para se voltar, principalmente, às questões econômicas relevantes postas pela conjuntura aos trabalhadores judeus. (Zimmerman, 2004, p. 48) Kremer também tratou da necessidade de adaptar a prática social-democrata ao contexto dos trabalhadores judeus,<sup>6</sup> majoritariamente composto de artesãos que não poderiam ser considerados “proletários”. Coube ao autor analisar o papel que caberia ao movimento operário judeu na luta pelo socialismo. (Frankel, 1981, p. 188)

Já o documento de Gozhanski apontava a necessidade de a classe trabalhadora judia organizar-se nacionalmente, o que seria o formato político mais eficaz para a conquista de direitos. Ainda que Gozhanski analisasse em profundidade as contradições políticas do Império Russo e apontasse a substituição da autocracia czarista por um governo constitucional, nada garantia que esse novo regime democrático traria automaticamente igualdade política para os judeus. (Frankel, 1981, p. 189)

Em 1894, foi organizada uma conferência do Grupo de Vilna, em que se discutiu pela primeira vez a necessidade de expandir o campo de atuação do movimento para outras regiões da Polônia do Congresso. Disso resultou o surgimento da iniciativa de criação das “colônias” social-democratas judias em outros lugares. De acordo com Zimmerman (2004, p. 73): “Entre 1894 e 1896, os social-democratas judeus em Vilna estabeleceram centros em Minsk, Odessa e Białystok”. Dirigentes do grupo foram en-

---

detalhes o artigo que Jogiches escreveu em janeiro de 1894 para o *Sprawa Robotnicza* (o órgão do SDKP editado por Rosa Luxemburgo) sobre os discursos de Vilna. ‘Com palavras comoventes, cheias de sentimento e na forma pitoresca característica da língua iídiche, os pobres e perseguidos proletários judeus pintam sua situação de classe trabalhadora e expressam seus objetivos e aspirações’. Jogiches então cita com aprovação um trabalhador judeu que denuncia o jugo comum do capital que oprime seus irmãos tanto quanto os proletários de outras nacionalidades. Jogiches ressaltou que não havia dúvida de que os judeus russos estavam sujeitos a uma opressão especial por parte do despotismo czarista. ‘Os judeus são os mais privados de direitos e os mais escravizados de todos os súditos do czar’”. (Wistrich, 2007, p. 102; tradução nossa)

<sup>6</sup> “Suas especificidades culturais, enraizadas em sua religião e idioma, foram reforçadas pela separação estrutural do proletariado russo. Essa concentração de trabalhadores judeus em uma espécie de gueto socioeconômico foi a origem material de um movimento socialista específico, na medida em que claras barreiras étnicas e culturais os separavam dos trabalhadores russos ou poloneses. Dentro da comunidade judaica, por outro lado, a divisão de classes era muito mais fluida: a grande categoria de ‘luftmenschen’ estava no cruzamento das diferentes camadas sociais e absorvia os comerciantes empobrecidos e os trabalhadores desempregados durante os períodos de crise. Consequentemente, para os trabalhadores judeus, a consciência de classe era identificada com a identidade nacional”. (Traverso, 2018, p. 104; tradução nossa)

viados a Varsóvia a fim de disseminar o movimento na capital. Destaca-se a participação de John Mill (Yoysef Shloyme Mil) que, antes de se instalar em Varsóvia, passou uma temporada em Zurique, onde travou contato com militantes da recém-criada Social-Democracia do Reino da Polônia, entre eles, Rosa Luxemburgo e Leo Jogiches. (Nettl, 2019, p. 68)

Mill tinha passado dois meses em Zurique durante o verão de 1894, aprendendo sobre a história polonesa em geral e sobre a história do socialismo polonês em particular. Ele recorreu ao membro do SDKP Julian Marchlewski, que durante os dois meses seguintes o informou sobre a situação em Varsóvia. Assim, quando Mill partiu para Varsóvia em agosto de 1895, ele entrou na Polônia mais educado, mais familiarizado com a vida na Europa Ocidental, mais informado sobre o movimento socialista internacional no exterior e mais familiarizado com o movimento socialista em Varsóvia. (Zimmerman, 2004, p. 73; tradução nossa)

O início das atividades do movimento social-democrata judeu em Varsóvia abriu uma disputa com o Partido Socialista Polonês (PPS), criado em 1892, que reivindicava a recriação da Polônia independente e que também realizava atividades voltadas aos trabalhadores judeus, em especial, a difusão de panfletos em iídiche trazidos clandestinamente do exterior. (Ury, 2012, p. 73) Desinteressados da questão nacional polonesa e fluentes em russo, os representantes do Grupo de Vilna logo foram acusados pelo PPS de serem russófilos, sobretudo porque o objetivo de organizar todos os judeus do Império Russo estava explícito desde os primeiros documentos do grupo. Como veremos adiante, em pouco tempo, a acusação de separatismo também recaiu sobre o grupo, endereçada particularmente aos militantes da Social-Democracia do Reino da Polônia, com o objetivo explícito de organizar, especificamente, os trabalhadores judeus. Foram feitas tentativas de aproximação entre o PPS e os judeus social-democratas, mas a questão polonesa se mostrou um obstáculo intransponível. O PPS exigia o apoio à luta pela independência política da Polônia, algo que o Grupo de Vilna não aceitava, uma vez que defendia que os trabalhadores deveriam “lutar pela liberdade política geral e direitos civis iguais, e não pela independência da Polônia”. (Zimmerman, 2004, p. 80) Dessa forma, deflagrou-se a disputa entre as duas organizações e, para fazer frente ao PPS, foi necessário formalizar o Grupo de Vilna e suas “colônias” como um partido político. (Medem, 1979, p. 84)

Outro elemento que apressou a fundação do partido socialista judeu foram os esforços para criar um partido social-democrata no Império Russo. A partir do último quartel do século XIX, começaram a surgir pequenas organizações de inspiração socialista, como o partido “Proletariado”, na Polônia do Congresso, e o grupo “Emancipação do Trabalho”, criado por emigrados russos na Suíça. A partir da metade dos anos 1890, cresceu a percepção entre os socialistas russos da necessidade de criar um partido que abarcasse as diferentes organizações social-democratas do Império Russo. Ao final do relatório apresentado no Congresso da Segunda Internacional realizado em Londres, em 1896, Plekhanov menciona que:

Entre as organizações sociais-democratas secretas nas diferentes cidades da Rússia ainda não existe uma união suficiente, e muitas vezes há uma falta de unidade em sua ação. A criação de tal união e tal unidade de ação - a fundação de uma organização social-democrata unida na Rússia - deve ser o

grande objetivo de nosso trabalho no futuro imediato. (Plekhanov, 1983, p. 186-187; tradução nossa)

Frente à iminência da criação do partido russo, Plekhanov indagou sobre como se daria a representação dos judeus nessa nova organização, cobrando unidade política. (Frankel, 1981, p. 137) Em seu retorno a Vilna, em agosto de 1897, Kremer iniciou a discussão com os demais militantes do movimento sobre a convocação de um congresso de criação do partido judeu. Em pouco tempo, foram expedidas mensagens aos delegados para que chegassem a Vilna na última semana de setembro; assim, o congresso de criação do partido foi realizado entre 7 e 9 de outubro de 1897.

O objetivo da nova organização judaica, proclamada por Kremer, era o seguinte: “Uma união de todas as organizações socialistas judaicas terá como objetivo não apenas a apresentação de reivindicações políticas gerais na Rússia. Terá também a tarefa especial de defender os interesses particulares dos trabalhadores judeus, conduzir uma luta por seus direitos civis e, acima de tudo, fazer uma campanha contra a legislação antijudaica”. Kremer seguiu com uma discussão sobre as relações com os socialistas russos e poloneses. O Bund judaico se unirá ao futuro partido russo “como uma organização sólida e autônoma com o direito de decidir sobre assuntos particulares do proletariado judeu, bem como de imprimir sua própria literatura para a classe trabalhadora judaica”. (Zimmerman, 2004, p. 81; tradução nossa)

A tarefa seguinte, à qual se dedicaram os militantes socialistas, foi a criação de um partido social-democrata para o Império Russo.

### **3. O diálogo implícito: da criação do POSDR ao seu segundo congresso**

Logo após a criação do Bund, seus militantes cumpriram um papel importante na criação do POSDR. O primeiro congresso dessa organização ocorreu em Minsk, em 1898, por iniciativa do Bund, que ofereceu o local dos trabalhos, e cujos militantes garantiram a segurança do evento de modo a protegê-lo do controle policial. Tratava-se da concretização da posição defendida por Kremer de que uma organização que representasse os judeus de todo o Império deveria estar inserida no âmbito de uma luta política que envolvesse todos os trabalhadores. Essa perspectiva constava do manifesto de criação do POSDR, segundo o qual o Bund estava no partido “como uma organização autônoma, independente apenas em questões que afetem especificamente o proletariado judeu”. (Harding, 1983, p. 225)

Poucos dias após sua criação, contudo, quase todos os delegados que participaram da fundação do POSDR foram presos pela polícia política russa, a Okhrana, a partir do final de julho. (Minczeles, 1999, p. 58) A esperança do surgimento de uma grande organização social-democrata para o Império sofreu um duro golpe. Os militantes do Bund que conseguiram escapar das forças policiais, recuperaram os veículos de imprensa confiscados e relançaram o partido. Em 1898, ocorreu o Segundo Congresso do Bund e, segundo Minczeles (1999, p. 59), “Os debates duraram três dias e foram em grande parte dedicados às prisões ocorridas pouco antes, à ajuda a ser dada aos camaradas presos, ao enfraquecimento de certos setores e, em geral, ao problema da violência”.

A prisão dos dirigentes do Bund abriu espaço para a criação do comitê do partido em Genebra, com a direção de John Mill. Um dos militantes mais importantes do

movimento socialista judeu desde a criação dos círculos de formação de Vilna, Mill se encarregou de manter a publicação do jornal “Der yidisher arbeter”. Como novo editor, utilizou o jornal como plataforma de discussão da questão nacional. Considerado um “manifesto”, por Jonathan Frankel (1981, p. 218), o número seis do jornal publicou diferentes artigos em defesa da nacionalidade judaica, entre os quais um do próprio Mill em defesa dos direitos nacionais para os judeus. Partindo das formulações de Kautsky sobre a reorganização do Império Austro-Húngaro por meio da garantia da autonomia de cada nacionalidade, Mill, como os judeus, defendia a igualdade de direitos entre as nações. (Zimmerman, 2004, p. 109) Além disso, ele se posicionava contra a independência da Polônia: “O que o proletariado judeu pode esperar da *separação da Polônia*? Pode esperar que a perseguição contra ele *como judeu* cesse? Irá realmente receber a *igualdade nacional*?”. (Mill, 1899 *apud* Frankel, 1981, p. 217) É relevante dizer que Mill publicou um texto de Rosa Luxemburgo, que a essa altura já havia produzido longa discussão contra a defesa da independência política feita pelo PPS, no número seis do “*Der yidisher arbeter*”, com boa aceitação entre os militantes do Bund. (Zimmerman, 2004, p. 113)

Não obstante, o comitê central do partido, marcado pelo internacionalismo socialista, logo expressou críticas às posições nacionais do jornal. No Terceiro Congresso do Bund, realizado em 1899, em Kovno, muito se discutiu sobre a questão das nacionalidades e houve tensão entre o comitê central e John Mill.

[John Mill] enfrentou uma forte oposição e foi derrotado. Os congressistas sentiram que as demandas nacionais desviariam a atenção do proletariado judeu de seus interesses de classe e seriam um obstáculo para a solidariedade ativa das massas. Em conclusão, a resolução aprovada confirmou que “o Bund, entre suas exigências políticas, enfatiza apenas a igualdade de direitos civis e não os direitos nacionais [...] Entretanto, para permitir aos camaradas darem sua opinião sobre a questão nacional, [...] um fórum intitulado ‘Discussão’ é aberto no *Der yidisher arbeter*, onde cada pessoa pode expressar sua opinião pessoal vinculando apenas a si mesmo”. (Minczeles, 1999, p. 63; tradução nossa)

Sem contemplar a posição concreta dos militantes do partido, a questão nacional voltou a ser debatida no Quarto Congresso do partido, realizado ao final de maio de 1901, em Bialystok. A mesma tensão entre a tendência nacional e a internacionalista foi recolocada no centro da discussão. Como ressaltam Woodhouse e Tobias:

Um programa que reivindicava direitos “nacionais” para os judeus com base na autonomia cultural parecia calculado para ganhar a lealdade dos trabalhadores judeus e elevar sua consciência política; contudo, a proposta não resolveu o dilema para os líderes do Bund que temiam que o excesso de ênfase nos direitos judaicos alienasse seus colegas de trabalho social-democratas. (Woodhouse; Tobias, 1966, p. 341)

A diferença em relação ao congresso anterior era a presença de militantes que naquele momento estavam na prisão. Fortalecidos com a participação desses expoentes do movimento socialista judeu, os partidários de uma resolução, que demandava direitos nacionais, conseguiram aprovar uma solução de compromisso, que evitou a cisão do partido: “o Congresso protestou contra a opressão nacional, e enunciou a mesma exigência de igualdade de direitos civis e remoção das barreiras civis para os judeus”. (Woodhouse; Tobias, 1966, p. 341; tradução nossa; Mullin, 2015, p. 113)

Por fim, no contexto da relação que o Bund deveria ter com os demais partidos social-democratas, o Quarto Congresso aprovou uma resolução que defendia o estabelecimento de relações federais com o SDKPiL. (Mullin, 2015, p. 113) O documento também tratava do PPS e indicava que as relações entre as duas organizações deveriam ser apenas “amigáveis”. Havia, portanto, da parte do Bund, a disposição de aprofundar as relações com o SDKPiL nos marcos do federalismo proposto ao POSDR. Ainda que desacordos teóricos marcassem a relação entre os dois partidos, ambos participaram de atividades políticas conjuntas, como pode ser verificado nos relatórios enviados pelas duas organizações ao Congresso da Segunda Internacional de 1904, em Amsterdam. (Bund, 1904; SDKPiL, 1904) A relação entre as duas organizações parece piorar rapidamente após o fracasso das negociações de fusão com o POSDR, como analisaremos em seguida.

O Quinto Congresso do Bund, que ocorreu às vésperas do Segundo Congresso do POSDR, discutiu dois pontos importantes: quais relações o Bund teria no partido russo e, novamente, a questão nacional. Os vínculos entre o grupo Iskra, dirigido por Lenin, e o Bund estavam bastante tensionados por divergências que se concentravam no âmbito organizativo. No Quarto Congresso do Bund, uma resolução foi aprovada estipulando o federalismo como princípio de integração entre as diferentes organizações que comporiam o partido. No mesmo congresso, outra resolução foi adotada, na qual o Bund se declarava o representante do proletariado judeu de todo o Império Russo. Para Lenin, o Bund deveria difundir a propaganda em iídiche exclusivamente na região do Assentamento do Pale, pois criaria um separacionismo na classe trabalhadora caso atuasse em todo o Império. (Gechtman, 2008)

O Quinto Congresso é particularmente relevante para a história do partido, uma vez que foi nesse evento que o jovem delegado bundista, Vladimir Medem lançou a ideia do “neutralismo”, que passaria a marcar a política do partido. Buscando uma alternativa entre o internacionalismo, visto por parte dos judeus como “assimilacionista”, e o nacionalismo, Medem pretendia apresentar uma terceira possibilidade, pois, como escreveu em suas memórias, “Odiava apaixonadamente a própria palavra ‘nacionalista’”. (Medem, 1979, p. 263) Influenciado pelas ideias austro-marxistas de autonomia cultural extraterritorial,<sup>7</sup> Medem busca um arranjo político em que as minorias nacionais não fossem obrigadas a se dissolver social e culturalmente na nacionalidade dominante. Para tanto, a garantia de direitos civis individuais não bastaria, sendo necessária a garantia de direitos nacionais. (Medem, 1979, p. 264) Dessa forma, para o bundista, a nacionalidade não seria um dado constante das sociedades, o que representaria a posição nacionalista, nem estaria sujeita a políticas de assimilação forçada. Transformações econômicas e sociais poderiam levar à assimilação de algumas

<sup>7</sup> Particularmente relevantes nas formulações de Medem, são as ideias do jurista Karl Renner, um dos principais dirigentes da social-democracia austríaca no início do século XX. Em 1899, fazendo uso do pseudônimo Synopticus, ele publica o livro *Estado e nação*, em que registra uma crítica à ideia de nação como um fenômeno territorial, o que implicaria “a dominação incondicional de minorias estrangeiras para o benefício das classes dominantes estabelecidas há muito tempo”. (Renner, 1997, p. 221; tradução nossa) Em oposição ao princípio do território, Renner propõe que “a nação é uma comunidade de cultura”. (Renner, 1997, p. 218) O autor também propõe um complexo sistema de divisão de responsabilidades entre o governo central e os níveis locais de administração, que, em sua análise, garantiria o respeito aos direitos das minorias.

nacionalidades, entretanto, isso já não se daria como perseguição política de uma nação opressora sobre uma nação oprimida. (Gechtman, 2008, p. 77)

O tamanho do Bund ampliava sua influência na construção do imaginário socialista no Império Russo. Essa relevância não passou despercebida para Rosa Luxemburgo, que, em 1898, havia se instalado em Berlim. A partir desse momento, ela passou a desenvolver uma dupla militância, tratando tanto de questões relativas à Polônia quanto à Alemanha. A prisão de quase 400 membros do SDKP, em 1895, contudo, fez com que o partido praticamente deixasse de existir. (Abraham, 1989, p. 42) Em dezembro de 1899, a Social-Democracia da Lituânia iniciou discussões para recriar o antigo SDKP que, em 1900, passou a se chamar Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia - SDKPiL. Ainda que a recriação do partido fosse importante para Luxemburgo, os novos dirigentes, em particular Cezaryna Wojnarowska, militante polonesa radicada em Paris, tinham uma visão sobre a questão polonesa diferente daquela que ela teorizou, mostrando-se mais abertos a aceitar algum tipo de conciliação sobre a independência da Polônia, como a autonomia e o estabelecimento de um vínculo federativo entre a Polônia e a Rússia. (Blobaum, 1992, p. 210)

Em seu congresso de 1901, o SDKPiL voltou a se pronunciar contra a recriação da Polônia independente. Ainda que a disputa entre as diferentes frações do partido pelo conteúdo preciso da questão polonesa não estivesse encerrada, Luxemburgo expressou seu desligamento. É marcante a carta enviada a Cezaryna, no dia 17 de maio de 1901, em que a autora afirma: “eu não pertencço à sua organização e não participo de suas atividades”. (Luxemburg, 1975, p. 103; tradução nossa) Ademais, a carta é escrita alguns dias após o fim do Quarto Congresso do Bund de 1901, em que se aprovou a resolução que considerava os judeus como uma nacionalidade e o direito à “autonomia cultural”. A convergência entre as posições do Bund e do SDKPiL eram evidentes, o que exasperou Luxemburgo. Ainda nessa carta, a autora faz uma série de comentários muito pouco elogiosos sobre o partido socialista judeu.

Foi tolice da parte do bom homem Zalewski não o advertir suficientemente contra os judeus do Bund. Em resumo, para sua política em relação ao nosso partido, bem como para seus métodos de ação em geral, todo o Bund, e especialmente Aleksander, John e Cia. merecem, no mínimo, que as pessoas honestas os empurrem pelas escadas abaixo (e para isso vale a pena viver no quarto andar). Conheço Aleksander e John pessoalmente há anos e eles são personagens compostos de dois elementos: idiotice e perfídia. Eles são simplesmente *incapazes* de trocar duas palavras com você, de olhar para você, sem uma intenção oculta de roubar algo de você (moralmente, é claro). Toda a política do Bund se baseia no mesmo sistema. Não faz muito tempo, além disso, eles declararam oficialmente no *Neue Zeit* que o problema do programa para a restauração da Polônia ainda não está resolvido para eles, e é somente em seu próximo congresso que esses cabeças de burro se comprometerão a examinar a questão polonesa. (Luxemburg, 1975, p. 105)

Dois comentários precisam ser feitos quanto à visão da autora sobre o Bund. Primeiramente, é importante registrar que John Mill tampouco era simpático a Luxemburgo, a quem considerava assimilacionista. (Wistrich, 2007, p. 113) Em segundo lugar, está o fato de ela ter mudado de posição em relação ao partido socialista judeu. A antipatia de Luxemburgo em relação ao partido judeu perceptível na citação acima, discrepa do tom dos primeiros textos que menciona o movimento operário judeu, em que

transparece sua apreciação positiva. É o que se nota na seguinte passagem retirada de um texto escrito em outubro de 1897, poucos dias antes da criação do Bund:

[...] na Lituânia, entre os trabalhadores *judeus*, existe há mais de dez anos um movimento social-democrata, liderado quase exclusivamente por intelectuais russos, cuja língua é o russo ou o *ídiche* [...]. Devido à esterilidade do trabalho de propaganda em pequenos círculos, os socialistas foram empurrados para um novo caminho: começaram a se voltar diretamente para as massas e os exortaram a se engajar na luta diária por seus interesses imediatos, sobretudo na luta por um sindicato e por uma organização, e neste processo surgiu a necessidade de um programa político concreto, baseado em suas necessidades imediatas. (Luxemburg, 2019, p. 2; tradução nossa)

As posições de Luxemburgo quanto à questão das nacionalidades só voltaram a ganhar espaço dentro do SDKPiL quando Félix Dzierzynski retornou da cadeia, em 1902, e se aliou a ela e a Jogiches, para retomar a direção do SDKPiL, na Conferência do partido ocorrida em Berlim, em agosto de 1902. (Blobaum, 1992, p. 212) Nesse mesmo período iniciaram-se as discussões para que a social-democracia polonesa e lituana se tornasse uma seção do POSDR e esperava-se que essa fusão fosse oficializada no Congresso do partido russo, previsto para o fim de julho de 1903. Nesse mesmo mês, o SDKPiL realizou seu Quarto Congresso, em que foram discutidos os termos da fusão com o POSDR. Em carta a Felix Dzerzhinski, de março de 1903, Luxemburgo faz comentários sobre as discussões da fusão: “Atribuo grande importância às nossas negociações com os russos, pois também ali os social-patriotas devem permanecer fora da social-democracia unificada”. (Luxemburg, 1975, p. 144) O otimismo da autora se devia à publicação do texto de Lenin no número trinta e três do “Iskra”, em 1902, o qual “sobre a questão polonesa já adota claramente nosso ponto de vista”. (Luxemburg, 1975, p. 144)

No programa do POSDR, havia um ponto importante que previa o direito à autodeterminação dos povos, assunto que não era novo nas discussões da social-democracia europeia. No Congresso da Segunda Internacional, realizado em Londres em 1896, o PPS propôs um projeto de resolução sobre o tema, que foi duramente criticado por Luxemburgo. Ela, Jogiches e Dzerzhinski desejavam a supressão do direito à autodeterminação dos povos do programa do partido, como uma das condições para a continuidade do processo de fusão. A proposta não foi adotada pelo Congresso do SDKPiL, o que não impediu Luxemburgo de instruir os delegados do partido no congresso russo, a fim de que exigissem alterações no “ponto 7”, que tratava da autodeterminação. (Blobaum, 1992, p. 212) Em carta a Adolf Warszawski, conhecido como Warski, de 5 de agosto de 1903, escreveu:

É preciso dizer aos russos que, como resultado deste artigo, o valor *moral* de nossa filiação ao partido russo (que foi uma arma na luta contra o PPS) é mínimo para nós e que era precisamente este aspecto moral que nos importava. Se eles se recusarem a emendar o parágrafo 7 nos termos de nossa declaração, *nós retiraremos nossa adesão*. Diga de passagem à Zassulitch que só lhe escrevi após o artigo do Iskra, que não tenho mais interesse na fusão e que o aconselhei a não fazer mais nenhuma concessão. (Luxemburg, 1975, p. 150; tradução nossa)

Na mesma carta, Luxemburgo detalha outras condições para a entrada do SDKPiL no partido russo. Uma delas trata da constituição dos comitês do novo partido, que

deveriam ser comuns às organizações que passavam a compor o POSDR. No caso da Polônia do Congresso, a composição dos comitês comuns se daria pelo SDKPiL e pelo Bund. Na carta, Luxemburgo expressa seu acordo com o formato de comitês, com a condição de que sua realização não fosse imediata.

[...] Os comitês do *Bund* foram formados após vários anos de trabalho, e são úteis na medida em que se limitam à agitação prática. A sua abolição *de um dia para o outro* prejudicaria seriamente o trabalho prático. O mesmo vale para nossos próprios comitês. Formar comitês conjuntos agora e em todos os lugares significaria simplesmente a aniquilação da organização polonesa, a aniquilação do *Bund* e a criação de uma nova organização que seria parte integrante do partido russo. Nesse caso, os congressos polonês e judeu, a razão social e a “autonomia” não fariam sentido. Uma tal destruição me parece impensável no momento. Não devemos agir como a *Kanzler* e reverter as relações organizacionais com uma *canetada*, mas *preparar o caminho para esta união*. (Luxemburgo, 1975, p. 151; tradução nossa)

John P. Nettle (2019), na biografia que escreveu sobre Luxemburgo, argumenta que o motivo principal para adiar o estabelecimento dos comitês comuns não foi precisamente evitar a destruição do trabalho político prévio das organizações. De acordo com o autor, a direção do SDKPiL “estava preocupada com o receio de que a aceitação das condições dos russos e a necessidade de fundir os comitês locais com os do Bund exporia as reivindicações fictícias da força do SDKPiL, do qual muitos comitês locais existiam em grande parte no papel”. (Nettle, 2019, p. 258)

#### 4. A (não) discussão no Segundo Congresso do POSDR

O tumultuado Segundo Congresso do POSDR iniciou em 30 de julho, encerrando-se no dia 23 de agosto de 1903. Um fato político importante foi a expulsão do congresso da cidade de Bruxelas, por ordem policial, após a realização da décima terceira seção de discussões. Dias depois, o evento foi retomado em Londres. O congresso também foi marcado por grandes tensões, sobretudo, entre o grupo Iskra e o Bund. Segundo Medem (1979, p. 284): “o confronto foi muito acalorado. Assim que nossos delegados apareceram no congresso, eles se depararam com um verdadeiro muro de hostilidade, raiva e ressentimento”.<sup>8</sup>

Os delegados do SDKPiL chegaram a Bruxelas no dia 4 de agosto e, na décima seção, Adolf Warski discorre sobre as discussões realizadas no último Congresso do SDKPiL. Para ele, a fusão entre os dois partidos era a consequência do desenvolvimento do Império, que tornou a Polônia e a Rússia “um único organismo econômico, estabelecendo assim a base histórica para a fusão dos proletariados poloneses e russos na luta de classes comum sob a bandeira de um movimento social-democrata único e unido”. (POS DR, 1903a) É relevante assinalar que entre as resoluções de congressos anteriores do SDKPiL, que serviram de inspiração para a proposta de fusão entre os partidos, Warski não menciona o congresso de 1900, marcado pela hegemonia do grupo de Cezaryna Wojnarowska. Por fim, ele declara sete condições para a realização da fusão:

<sup>8</sup> A análise precisa dos debates, principalmente os de caráter organizativo, entre o Iskra e o Bund, é desenvolvida por Gechtman (2008).

1. Total independência para os social-democratas poloneses em todos os assuntos internos relacionados à agitação e organização no Reino da Polônia e na Lituânia, com seus próprios congressos, comitês e publicações.
2. Adoção pelo Partido Social-Democrata comum do título oficial: “Partido Social-Democrata Operário da Rússia”, com o movimento social-democrata polonês mantendo, como subtítulo, seu nome atual: “Social-Democracia do Reino da Polônia e da Lituânia”.
3. Outras organizações socialistas polonesas só poderão ingressar no Partido da Rússia aderindo ao Partido Social-Democrata do Reino da Polônia e da Lituânia.
4. Um membro da organização polonesa para ser membro do conselho editorial do Órgão Central, estando lá para dar orientações, juntamente com os outros membros do conselho, sobre assuntos relativos ao partido polonês e assuntos públicos.
5. Substituição do parágrafo 7 do programa do Partido Russo por uma fórmula precisa, incapaz de interpretação num espírito nacionalista.
6. Exigência de autonomia para as províncias polonesas e lituanas.
7. Adoção de uma resolução expressando a atitude dos social-democratas russos em relação ao social-patriotismo polonês, no espírito do SDKPiL. (POSDR, 1903a, tradução nossa)

Warski afirma, em seguida, que apenas as três primeiras condições foram determinadas pelo congresso do seu partido como condições indispensáveis. Os pontos um e dois dizem respeito ao formato organizativo do SDKPiL e a autonomia que ele guardaria no novo partido. O ponto 3 era uma forma de evitar a possibilidade de o PPS também entrar no partido russo. O tema da autodeterminação não constava, portanto, das condições indispensáveis, contudo, no documento protocolado por Warski junto à direção do Congresso, a exigência de alterar o artigo sobre a autodeterminação aparecia como tal:

Portanto, consideramos, independentemente das três condições básicas para nossa unificação com o movimento social-democrata russo que apresentamos anteriormente, que essa unificação só será possível se o congresso achar que pode adotar a formulação do Artigo 7 do Programa que propusemos, ou outra formulação com o mesmo significado, ou, pelo menos, se o congresso concordar em deixar a questão em aberto e guardar sua formulação até o próximo congresso, com a devida elucidação da questão na imprensa. (POSDR, 1903c)

O documento sugere que o ponto sobre a autodeterminação dos povos seja substituído pela defesa de “instituições que garantam a liberdade de desenvolvimento cultural a todas as nações incluídas no Estado”. A proposta de redação evidencia o peso que domínios extraeconômicos, como a cultura, passaram a ter nas formulações do SDKPiL - e da própria Rosa Luxemburgo -, a partir dos anos 1900. Como ressalta o documento: “A única solução possível para a questão nacional, que hoje vincula os social-democratas em todas as circunstâncias, é, a nosso ver, a defesa da liberdade de desenvolvimento cultural de cada nacionalidade, através da democratização das instituições estatais historicamente dadas”. (*ibidem*)

Após apresentar a declaração da Social-Democracia da Polônia e da Lituânia, Plekhanov, presidente do Congresso, sugeriu que uma comissão fosse estabelecida para debater o documento do partido e o formato da fusão. Os delegados do Bund reagiram negativamente à proposta e sugeriram que o tema fosse discutido pelo plenário do Congresso antes da eleição da comissão. A proposta dos bundistas foi derrotada e uma comissão para tratar da fusão com o SDKPiL foi composta por Fomin, Martov, Yegorov, Plekhanov, Rusov. Parece-nos revelador que tenham recomendado uma discussão mais ampla sobre o tema. Notando a animosidade, os delegados do partido judeu sabiam que uma discussão restrita a poucos dirigentes significaria uma negativa à entrada do SDKPiL. Levando o tema para o pleno do Congresso, os delegados do Bund acreditavam poder convencer mais delegados sobre a relevância do conteúdo da resolução proposta pelos poloneses. Entretanto, uma questão sobre a movimentação dos delegados fica em aberto: por que o Bund teria decidido assistir o SDKPiL no tema da autodeterminação?

Não há uma resposta precisa para essa questão. Um primeiro motivo poderia ser encontrado na convergência programática de ambas as organizações em relação a esse tema. Como apontado anteriormente, com o surgimento do SDKPiL, em 1900, o programa do partido sobre a questão nacional esteve no centro da disputa entre o grupo liderado por Luxemburgo, comprometido com o internacionalismo, e o grupo orientado por Cezaryna Wojnarowska, aberto a compromissos com setores nacionalistas. Ao apoiar a resolução dos poloneses, provavelmente, o Bund esperava fortalecer o grupo de Wojnarowska.

As resoluções do Segundo Congresso do SDKPiL, de 1900, eram bastante próximas das resoluções do Quarto Congresso do Bund, realizado em 1901, em que foi proposto a criação de relações federais entre os dois partidos. Além disso, nas comemorações do quinto aniversário de criação do Bund, Julian Marchlewski, próximo das posições de Wojnarowska, foi a Munique saudar o partido judeu em nome do SDKPiL.

Ainda que o grupo de Luxemburgo tenha conseguido recuperar o controle do partido, a partir de 1902, algum tipo de compromisso precisaria ser firmado entre os dois grupos a fim de manter a unidade. A defesa da autonomia das províncias da Lituânia e da Polônia, que constava das condições de fusão com os russos, é uma mostra de como o grupo internacionalista teve que aceitar mediações programáticas. Caso defendesse o internacionalismo “intransigente”, o partido corria o risco de se fragmentar, com a possível saída da ala de Cezaryna Wojnarowska. Assim, a autonomia aparece, nesse episódio, como uma solução de compromisso. Como veremos na seção seguinte, o tema da autonomia só será discutido com mais detalhes pela autora e seu partido a partir da revolução russa de 1905. Era evidente a crescente preocupação de Luxemburgo com a cultura nacional e a defesa da nacionalidade, o que a aproximava das ideias de autonomia cultural defendidas pelo Bund desde 1901.

Em suas memórias, Vladimir Medem descreve a atuação da delegação polonesa no Congresso do POSDR, afirmando que a procurou para tentar definir uma resolução comum entre o Bund e o SDKPiL.

Como eu conhecia a posição do Iskra, sabia que eles não abandonariam o ponto sobre a “autodeterminação”, mas gostei da formulação dos poloneses. Embora desejasse clareza, ela era ampla o suficiente para abraçar a autonomia da Polônia (que eles desejavam), bem como nossa autonomia cultural nacional. Perguntei a Warski se ele me apoiaria se eu mudasse para que

ambos os itens fossem unidos, ou seja, “autodeterminação” e “instituições”. Sua resposta foi altamente característica. “Não”, disse ele, “o ‘direito de autodeterminação’ deve ser completamente rejeitado, porque o ponto poderia ser interpretado por nossos adversários no sentido da independência da Polônia e não podemos aceitar tal exigência”. (Medem, 1979, p. 100; tradução nossa)

A delegação polonesa foi embora antes do término do Congresso. Nesse contexto, a delegação do Bund propôs uma alteração ao artigo da autodeterminação, que introduzia o seu conceito de autonomia cultural não-territorial, mas que não foi aceita pelo Congresso.<sup>9</sup> Alguns dias depois, a resolução, que previa a exclusividade da representação do proletariado judeu no Bund, foi rechaçada pelo Congresso, levando o partido judeu a também abandonar o Congresso.

## 5. Conclusão

Ainda que questões programáticas tenham um papel importante na ritualística socialista, as alianças políticas não são construídas apenas em torno de programas. Acreditar nisso é alimentar uma visão idealizada da política socialista. Nesse sentido, para compreender a complexidade da questão da relação entre Rosa Luxemburgo e o Bund, é preciso agregar outros elementos à análise.

Propomos três componentes determinantes para entendermos as posições de Luxemburgo. Em primeiro lugar, a questão programática. O movimento socialista judeu não era desconhecido do núcleo dirigente do SDKP e, posteriormente, do SDKPiL. Leo Jogiches foi um dos fundadores dos círculos de Vilna, mas logo se retirou. Ademais, parte dos militantes dos círculos de Vilna e, posteriormente, do Bund passou pela colônia de exilados políticos russos em Zurique, onde Luxemburgo e Jogiches estavam instalados. Nesse sentido, é lícito afirmar que as ideias do movimento socialista judeu não eram desconhecidas do grupo dirigente da Social-Democracia do Reino da Polônia. A recíproca também é verdadeira: no quarto congresso do partido, os bundistas aprovaram o estabelecimento de relações federativas com a Social-Democracia Polonesa.

O processo de aproximação com o Partido Operário Social-Democrata Russo é mais uma evidência de que a Social-Democracia não descartava uma atuação conjunta com o Bund. A criação de uma organização política que coordenasse as atividades dos social-democratas em todo o Império Russo era uma aspiração comum às duas, como comenta Wistrich (2007, p. 105; tradução nossa): “Leo Jogiches, Rosa Luxemburgo, e os futuros líderes do Bund (estabelecido em 1897) compartilharam uma

---

<sup>9</sup> Utilizando o pseudônimo de Goldblatt, Medem sugere a seguinte alteração da redação do programa do POSDR: “No artigo sobre o autogoverno regional, o congresso reconheceu a necessidade de adaptar a estrutura do Estado às condições locais especiais. Mas o conceito de ‘autogoverno regional’ não coincide com o que trata o Artigo 8, pois uma nação nem sempre coincide com um território. O autogoverno regional pode, portanto, garantir apenas o autogoverno para todas as nações que vivem em um determinado território, sem garantir o livre desenvolvimento de uma minoria nacional. Considero necessário criar instituições especiais para garantir a liberdade de desenvolvimento cultural das nacionalidades e, portanto, proponho que acrescentemos ao Artigo 8: ‘e o estabelecimento de instituições que garantam sua plena liberdade de desenvolvimento cultural’”. (POSDR, 1903b; tradução nossa)

crença comum na necessidade de uma ação de massa unida do proletariado russo, polonês e judeu”.

Levando-se em consideração o contexto do Congresso de 1903 do POSDR, a Social-Democracia Polonesa estava consciente da participação do Bund no partido russo e de que a concretização da fusão entre as organizações implicaria uma atuação política conjunta, ainda que, pela proposta de Luxemburgo, a composição de comitês locais entre o Bund e o SDKPiL não fosse imediata. O fato de que tentativas de aproximação, partindo de ambos os lados, tenham acontecido, evidencia a existência de alguma afinidade programática entre as organizações. A título de comparação, a análise das relações com o PPS mostra que a total incompatibilidade de posições políticas gerava uma animosidade permanente do SDKPiL.

Entre as diferenças programáticas, destaca-se a fundamentação teórica de cada organização para o conceito de “nação”. Tomando como referência as formulações do austro-marxismo do final do século XIX, principalmente de Karl Renner, a “nação” aparecia nas formulações do Bund como uma categoria que deveria se conjugar com o internacionalismo socialista. A condenação da opressão dos judeus e a defesa da sua cultura foram como um corolário da fundamentação teórica que o Bund dava à nação. A questão da autonomia cultural, nos termos formulados por Vladimir Medem, foi a síntese possível entre o socialismo de inspiração internacionalista e a compreensão nacional do judaísmo: a cultura dos judeus não poderia sofrer qualquer tipo de opressão oficial, que implicasse uma assimilação forçada. A aceitação imediata do internacionalismo socialista, para Medem, era uma forma de assimilacionismo, daí a necessidade de conceber um programa político que demarcasse as diferenças dos judeus.

Percebe-se, nas formulações do Bund, a presença de um aprofundamento teórico, que se desdobrava em ação política, sobre a definição da nacionalidade judaica e como ela se mostrava em termos culturais. Como afirma Traverso (2018, p. 110), para o Bund, a nação era “uma estrutura quase hierárquica baseada em dois elementos principais, idioma e cultura, e um secundário, a economia, em que o território não desempenhou nenhum papel significativo”. A pequena atenção dispensada à dinâmica econômica, sem dúvida, era uma das principais diferenças programáticas entre o Bund e o SDKPiL.

No caso de Rosa Luxemburgo, o período de formulações sobre a questão nacional, que se inicia em 1900, é marcado por maior sistematização de suas ideias. Se concordarmos que ela “aceitava a nacionalidade como uma questão natural, mas era categoricamente oposta ao Estado-nação” (Minczeles, 1999, p. 208), não seria menos verdade que nos textos da primeira fase, de 1893 a 1900, termos como “Nação”, “nacionalidade” e mesmo “Estado” sejam utilizados por vezes como sinônimos. A própria ideia de “autonomia” teve uma evolução errante na obra de Luxemburgo, tornando-se uma possível alternativa política, para a social-democracia, apenas na segunda fase de seus escritos sobre a questão nacional.

Na abordagem sobre a “defesa da nacionalidade” polaca, centrada na crítica à “germanização” da província de Posen, Luxemburgo mostra que a opressão nacional se encontrava na interseção entre política, economia e cultura. A política de “germanização” não era uma ação dos “alemães”, mas do Estado alemão, que operava como instrumento da classe dominante. Por meio de uma política de cunho nacionalista, o Estado buscava fragmentar a classe trabalhadora da província, minando seus vínculos

de solidariedade de classe. Uma resposta nacionalista por parte dos trabalhadores poloneses - ou seja, uma ação política avessa aos “alemães” em geral e não à política do Estado alemão - teria por resultado a mesma fragmentação da classe trabalhadora almejada pelo Estado.

A formulação de Luxemburgo permitia compreender como o capital dominava relações sociais que até então estavam para além do âmbito mercantil. Assim como nas sociedades ditas “primitivas”, cujo vínculo social extraeconômico foi substituído pela relação de exploração em torno de classes sociais, também a nacionalidade não escapou à dinâmica da economia capitalista. Defender a nacionalidade polonesa sem colocar em questão o capitalismo era dar uma falsa resposta ao problema.

A utilização da língua materna, um elemento *a priori* extraeconômico, é trazida para o centro do debate sobre a questão nacional. A resposta da social-democracia ao avanço do capitalismo sobre domínios extraeconômicos da sociedade não podia ser feita através da tentativa de recuperação de um passado idealizado, mas por meio de uma política coerente que permitisse a superação do capitalismo. Disso resulta a defesa da nacionalidade só ser possível por meio do socialismo e de seu internacionalismo.

O segundo elemento, que ajuda a explicar as posições de Luxemburgo em relação ao Bund, é o componente tático, ou seja, a forma como a política socialista aparecia na vida cotidiana. Nesse campo, o comentário de Henri Minczeles (1999, p. 228) de que “Lênin precisava dos judeus do Bund sem seu judaísmo” também se aplicaria a Rosa Luxemburgo e ao SDKPiL, ao qual interessava acessar a classe trabalhadora judia, mais pelo substantivo “classe trabalhadora” do que pelo adjetivo “judia”. Ainda que em alguns momentos Rosa Luxemburgo tenha elogiado a ação política do Bund, predominava em seus comentários a crítica a seu separatismo. Não bastava, portanto, enunciar que o programa político do SDKPiL era o correto e os demais, errados. Era preciso indicar que a aplicação de um programa político equivocado gerava distorções na política cotidiana. Ainda que contribuísse para elevar a consciência de classe dos trabalhadores judeus, a política concreta do Bund ia na contramão da criação de *uma* classe revolucionária.

À vista disso, ao disputar a base social do Bund, fatalmente, o SDKPiL entraria em choque com essa organização. A diferenciação política dos judeus acontecia de duas maneiras: assumindo pontos do programa do Bund e acentuando diferenças aparentemente marginais. Assim, é possível compreender como a questão da autonomia da Polônia entra na discussão de Rosa Luxemburgo e de seu partido. Trata-se de uma palavra de ordem próxima àquela levantada pelo Bund e que Vladimir Medem (1979, p. 286) reconhece em suas memórias. Essa nuance tática, portanto, era uma forma de disputar a parte da classe trabalhadora que se sentia representada tanto pelo programa nacionalista do PPS como pela ideia de autonomia cultural do Bund. Tendo se notabilizado, desde 1893, pela sua oposição intransigente ao “social-patriotismo” do PPS, restava a Luxemburgo se diferenciar do Bund com maior precisão. Se a autonomia passava a figurar no programa do SDKPiL, ela a aceitaria apenas em seu aspecto territorial.

[...] a autonomia que surge historicamente junto com o autogoverno local com base no desenvolvimento burguês democrático e moderno é na realidade tão inseparável de um território determinado como é o Estado burguês, e é tão difícil imaginá-la sem este, como conceber um autogoverno

“não territorial” de uma comuna rural ou urbana. (Luxemburg, 1988, p. 155-156)

Houvesse apenas reconhecido os judeus como nacionalidade com direito à autonomia, Luxemburgo teria aceitado acriticamente pontos importantes do programa do Bund. A partir do estabelecimento do critério da autonomia apenas territorial - questão sobre a qual ela começa a refletir em 1905, mas que só apresentará de forma mais precisa em “A questão das nacionalidades e a autonomia” (Luxemburg, 1988, 2018 [1908-1909]), ela abre a possibilidade de seu partido incluir parte dos judeus sem deixar de se diferenciar do Bund.

O terceiro elemento que ajuda a compreender a posição de Luxemburgo é o organizacional, ou seja, o formato da estruturação interna da organização política. Partindo de sua defesa de um modelo federalista para cada nacionalidade do Império Russo, o Bund propõe uma relação federativa entre as organizações que compõem o POSDR. Em seu famoso texto “Questões de organização da social-democracia russa”, de 1904, no qual faz uma crítica profunda à natureza do centralismo organizativo proposto por Lênin ao POSDR, Luxemburgo esboça uma desaprovação do federalismo como proposto pelo Bund.

Não há dúvida de que uma forte inclinação para o centralismo é inerente à social-democracia como um todo. Tendo crescido sobre o solo econômico do capitalismo, de tendência centralizadora, e dependendo, na sua luta, dos parâmetros políticos do grande Estado burguês centralizado, a social-democracia é, desde suas origens, adversária declarada de todas as formas de particularismo e federalismo nacionais. [...] Neste contexto, não há dúvida de que também a social-democracia russa não deve formar um conglomerado federativo das inúmeras organizações particulares nacionais e da província, mas um partido centralizado, compacto, para o império russo. (Luxemburg, 2011, p. 155-156)

Assim como a economia capitalista é marcada pela tendência à centralização e à concentração de capitais, também a social-democracia deveria ser marcada pela centralização. Como dito anteriormente, a correspondência de Luxemburgo, após o fracasso das negociações de fusão com o POSDR, em 1903, evidencia sua divergência no que diz respeito ao formato federativo do Bund. A partir de sua relação com este partido, é possível repensar algumas conclusões recorrentes sobre a interpretação da autora da questão nacional. A primeira delas afirma que Luxemburgo tinha uma concepção economicista do problema; a segunda, que a nação era essencialmente um fenômeno cultural; e a terceira, que aparece como um desdobramento da anterior, que Luxemburgo teria visto nos movimentos de libertação nacional apenas seu aspecto anacrônico. (Haupt; Löwy; Weill, 1997, p. 377-378)

Quanto ao primeiro ponto, efetivamente, o economicismo aparece de forma recorrente nos escritos de Luxemburgo sobre as nacionalidades. Contudo, como mencionamos anteriormente, essa não é a única perspectiva teórica presente nesses textos. Mesmo naqueles em que é muito presente a preocupação da autora de identificar as “leis dos movimentos objetivos do capitalismo”, há uma preocupação constante de extrair conclusões políticas que possam iluminar a ação da classe trabalhadora. Trata-se menos de questão específica da obra de Luxemburgo e mais de uma marca do próprio movimento socialista do período. Longe de representar um tipo de otimismo in-

gênuo em relação ao progresso técnico, que acabou assumindo a forma de um atentismo da “maturação das condições materiais”, a questão do desenvolvimento econômico, para Luxemburgo, está acompanhada de crítica consistente sobre a destruição engendrada pelo modo de produção capitalista.

Além disso, a partir de 1900 e, especificamente, no contexto da Revolução Russa de 1905, a autora aprofunda suas formulações políticas quanto à questão nacional. Ela se viu forçada a refletir sobre a proposta de autonomia para a Polônia do Congresso - palavra de ordem que diferentes organizações políticas tentavam moldar de acordo com seus programas políticos.

Sobre o tema da nação como fenômeno cultural, é verdade que ele ganhou força nos escritos de Luxemburgo a partir de 1900, com a questão da utilização da língua materna na província de Posen, anexada pela Prússia por meio das resoluções do Congresso de Viena. Contudo, o tema da cultura não aparece descolado de uma interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo e das tarefas políticas para a social-democracia. Para sermos mais precisos, a nação estaria localizada na interseção dos elementos culturais, políticos e econômicos.

Certo, o peso de cada um desses elementos varia ao longo de sua obra, mas eles sempre se fazem notar, por exemplo, no relatório apresentado ao Congresso da Segunda Internacional, em 1893, em Zurique, quando Luxemburgo expressa sua preocupação com a russificação imposta sobre a Polônia. (Luxemburg, 1979, p. 170) E, a partir de 1900, com o processo de prussianização da Polônia alemã, aumentaram as referências da autora à cultura na interpretação da questão nacional.

Por fim, quanto ao anacronismo dos movimentos de libertação nacional e seu caráter “pequeno burguês, reacionário” e, portanto, desprovido de perfil revolucionário, isso também nos parece uma leitura parcialmente correta. Nesse ponto, é preciso retornar à diferença entre a defesa da nacionalidade e o nacionalismo. Sem dúvida, este aparece nas formulações de Luxemburgo como política “pequena burguesa” e “reacionária”, uma vez que mina a solidariedade de classe inerente à classe trabalhadora. Contudo, como já referido, a partir de 1900, a autora propõe que a defesa da nacionalidade – compreendida como comunidade cultural vinculada por um conjunto de práticas sociais comuns – é uma das tarefas da classe trabalhadora, que somente poderia ser levada a cabo por meio do internacionalismo socialista.

## Referências

- ABRAHAM, Richard. *Rosa Luxemburg: a life for the International*. New York: Berg Publishers, 1989.
- ARONSON, Irwin Michael. “The anti-Jewish pogroms in Russia in 1881”. In: KLIER, John Doyle; LAMBROZA, Shlomo Lambroza (eds.). *Pogroms: anti-Jewish violence in modern Russian history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 44-61.
- BUND. *Rapport d'activité*. Amsterdam, 1904.
- BLOBAUM, Robert. “The SDKPiL and the Polish question (revisited)”. In: MORISON, John (eds.). *Eastern Europe and the West*. Selected papers from the fourth world congress for Soviet and East European studies, Harrogate, 1990. London: Palgrave Macmillan, 1992, p. 207-218.
- FRANKEL, Jonathan. *Prophecy and politics: socialism, nationalism and the Russian jews, 1862-1917*. London: Cambridge University, 1981.
- GECHTMAN, Roni. “National-cultural autonomy and ‘neutralism’: Vladimir Medem’s Marxist analysis of the national question, 1903-1920”. *Socialist studies/Études socialistes*, Alberta: University of Alberta, 2008, p. 69-92.
- GROSFELD, Irena Grosfeld; SAKALLI, Seyhun Orcan; ZHURAVSKAYA, Ekaterina. “Middleman minorities and ethnic violence: anti-Jewish pogroms in the Russian empire”. *The review of economic studies*, v. 87, n. 1, jan. 2020, p. 289-342.
- HAUPT, Georges; LOWY, Michael; WEILL, Claudie (orgs.). *Les marxistes et la question nationale*. 1848-1914. Paris: Maspero, 1997.
- HARDING, Neil (ed.). *Marxism in Russia*. Key documents, 1879-1906. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LUXEMBURG, Rosa. *Vive la lutte!* Paris: François Maspero, 1975.
- LUXEMBURG, Rosa. *El desarrollo industrial de Polonia y otros escritos sobre el problema nacional*. Cidade do México: Pasado y Presente, 1979.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1988.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Textos escolhidos*. v. 1. São Paulo: Unesp, 2011.
- LUXEMBURG, Rosa. *Nationalitätenfrage und Autonomie*. Berlin: Dietz Berlin, 2018.
- MEDEM, Vladimir. *The life and soul of a legendary Jewish Socialist: the memoirs of Vladimir Medem*. New York: Ktav, 1979.
- MINCZELES, Henri. *Histoire générale du Bund*. Un mouvement révolutionnaire juif. Paris: Denoël, 1999.
- MITCHELL, Robert. *Human geographies within the pale of settlement*. New York: Palgrave, 2019.
- MULLIN, Richard. *The Russian Social-Democratic Labour Party, 1899-1904*. Historical Materialism Book Series, v. 84. Leiden: Brill, 2015.
- NETTL, John Petter. *Rosa Luxemburg*. London: Oxford Press, 2019.
- PLEKHANOV, Georgi. “Report presented by the Russian social democrats to the (London) International Congress of the Socialist Workers and Trade Unions (1896)”.

- In: HARDING, Neil (ed.). *Marxism in Russia*. Key documents, 1879-1906. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- POSDR. *Second congress of the Russian Social-democratic Labour Party. Tenth session*. 1903a. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/rsdlp/1903/ch10.htm>. Acesso em: 05/04/2024.
- POSDR. *Second congress of the Russian Social-democratic Labour Party. Seventeenth session*. 1903b. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/rsdlp/1903/ch17.htm>. Acesso em: 05/04/2024.
- POSDR. *Second congress of the Russian Social-democratic Labour Party: appendix*. 1903c. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/rsdlp/1903/appendix.htm>. Acesso em: 05/04/2024.
- RENNER, Karl. “État et Nation”. In: HAUPT, Georges; LOWY, Michael; WEILL, Claudie (orgs.). *Les marxistes et la question nationale*. 1848-1914. Paris: Maspero, 1997.
- SDKPiL. *Rapport d'activité*. Amsterdam, 1904.
- TRAVERSO, Enzo. *The Jewish question: history of a Marxist debate*. London: Brill, 2018.
- URY, Scott. *The Revolution of 1905 and the transformation of Warsaw Jewry*. Stanford, 2012.
- WISTRICH, Robert. *Laboratory for world destruction: Germans and Jews in Central Europe*. Nebraska: University of Nebraska Press, 2007.
- WOODHOUSE, Charles E.; TOBIAS, Henry J. “Primordial ties and political process in pre-revolutionary Russia: the case of the Jewish Bund”. *Comparative studies in society and history*, v. VIII, n. 4, 1966, p. 331–60.
- ZIMMERMAN, Joshua. *Poles, Jews, and the politics of nationality: the Bund and the Polish Socialist Party in late Tsarist Russia, 1892–1914*. Madison: Universidade de Wisconsin, 2004.

Recebido em 01 de outubro de 2023

Aprovado em 12 de março de 2024